

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇO SEI Nº 27525208/2025 - SAP.ARC.AUN

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO

1.1 Objeto da contratação:

1.1.1 Contratação de empresa especializada no serviço de videomonitoramento através câmeras com analíticos para visualização via plataforma web com reconhecimento facial, contendo sistemas gerenciais de operação, que possibilite a integração com outros sistemas, com fornecimento de estrutura, equipamentos e mão-de-obra necessária, para **implantação do Joinville Sempre Alerta - Plataforma Smartville**.

1.2 Especificações técnicas:

ITEM	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	DESCRIPTIVO	UNIDADE DE MEDIDA	DETRANS	SED	SEPROT	SES	Total geral
1	46.892	Software e Analíticos - Plataforma Smartville	Plataforma concentradora/integradora de diversos sistemas, otimizando os serviços, que passarão a ser operados de forma cooperativa e integrada.	Licença de uso			60		60
2	46.894	Software e Analíticos - Módulo de monitoramento de rios	Software que visa implementar o algoritmo de monitoramento de rios.	Licença de uso			6000		6000
3	46.909	Software e Analíticos - Módulo analítico de barreiras e alertas	Software analítico que emite alerta se houver invasão de perímetro em uma zona de vigilância pré-determinada.	Licença de uso	780		35220		36000
4	46.926	Interoperabilidade - Desenvolvimento	Desenvolvimento de soluções personalizadas para atender às necessidades específicas do projeto.	Hora			40000		40000
5	46.927	Interoperabilidade - Integração	Modulo que permite a integração de câmeras de terceiros a solução.	Unidade	240		299760		300000
6	46.910	Hardware - Movimentação de câmeras	Movimentação de câmeras que por motivos maiores, precisem ser instaladas em outros lugares que favoreçam alguma estratégia adotada pelo município.	Unidade			500		500
7	46.912	Hardware - Postes	Locação de postes a serem utilizados para a instalação das câmeras.	Unidade		9.960	38.340		48.300
8	46.911	Hardware - Movimentação de postes	Movimentação de postes que por motivos maiores, precisem ser instaladas em outros lugares que favoreçam alguma estratégia adotada pelo município.	Unidade			125		125
9	46.915	Armazenamento em nuvem - Câmera analítica de leitura de placa	Serviço de monitoramento através de câmeras de leitura de placa.	Unidade	4800		7200		12000
10	47.489	Armazenamento em nuvem - Câmera fixa com reconhecimento facial instalada em poste	Serviço de monitoramento através de câmeras de reconhecimento facial fixas. Instalada em poste.	Unidade		39.840	440160		480000
11	46.916	Armazenamento em nuvem - Câmera fixa com reconhecimento facial ponto com 1 câmera	Serviço de monitoramento através de câmera de reconhecimento facial fixa. Ponto com 1 câmera.	Unidade		10440	3300	3900	17640
12	47.490	Armazenamento em nuvem - Câmera fixa com reconhecimento	Serviço de monitoramento através de câmeras de reconhecimento	Unidade			240	240	480

		facial ponto com 2 câmeras	facial fixas. Ponto com 2 câmeras.						
13	47.491	Armazenamento em nuvem - Câmera fixa com reconhecimento facial ponto com 3 câmeras	Serviço de monitoramento através de câmeras de reconhecimento facial fixas. Ponto com 3 câmeras.	Unidade			120		120
14	47.492	Armazenamento em nuvem - Câmera fixa com reconhecimento facial ponto com 4 câmeras	Serviço de monitoramento através de câmeras de reconhecimento facial fixas. Ponto com 4 câmeras.	Unidade			60		60
15	47.493	Armazenamento em nuvem - Câmera fixa com reconhecimento facial ponto com 7 câmeras	Serviço de monitoramento através de câmeras de reconhecimento facial fixas. Ponto com 7 câmeras.	Unidade			60		60
16	47.494	Armazenamento em nuvem - Câmera fixa com reconhecimento facial ponto com 8 câmeras	Serviço de monitoramento através de câmeras de reconhecimento facial fixas. Ponto com 8 câmeras.	Unidade			60		60
17	47.495	Armazenamento em nuvem - Câmera fixa com reconhecimento facial ponto com 15 câmeras	Serviço de monitoramento através de câmeras de reconhecimento facial fixas. Ponto com 15 câmeras.	Unidade			60		60
18	46.917	Armazenamento em nuvem - Câmera PTZ com reconhecimento facial	Serviço de monitoramento através de câmeras de PTZ com reconhecimento facial.	Unidade		1080	1140	1080	3300
19	47.496	Armazenamento em nuvem - Câmera de monitoramento de rios	Serviço de monitoramento através de câmeras de monitoramento de rios.	Unidade			1800		1800
20	46.913	Hardware - Sala de Situação - Tipo A	Sala de gerenciamento de situações alocada em locais físicos, como edificações.	Unidade			300		300
21	46.914	Hardware - Sala de Situação - Tipo B	Sala de gerenciamento de situações montada em veículos permitindo sua mobilidade.	Unidade			120		120
22	46.918	Centro de Controle e Operações	Ambiente físico e tecnológico onde todas as informações captadas pelos sistemas convergem para análise, tomada de decisão e resposta rápida.	Unidade			60		60

1.2.1 As quantidades acima foram definidas conforme o prazo de execução contratual, 60 meses.

1.2.2 Os serviços elencados no item 1, corresponde a licença de uso **mensal**;

1.2.3 Os serviços elencados nos itens 2 e 3 correspondem a uma licença **mensal por câmera instalada e funcionando**.

1.2.4 Os quantitativos do serviço elencado no item 4 são estimados para atender a necessidade da Administração ao longo do prazo de execução contratual, conforme demanda CONTRATANTE.

1.2.5 Os quantitativos dos serviços elencados nos itens 5 ao 19 são estimados para atender a necessidade da Administração ao longo do prazo de execução contratual, sendo que a quantidade mínima de contratação pela CONTRATANTE, está expressa no tópico **5.7 IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO - PLATAFORMA SMARTVILLE** deste termo. O pagamento ocorrerá somente nos quantitativos efetivamente utilizados pela CONTRATANTE, conforme medição.

1.2.6 Os itens 20 a 22 serão medidos e pagos mensalmente, após a implantação.

1.2.7 A presente contratação é caracterizada como serviço comum no que se refere à solução e acessórios, e serviço comum de engenharia com relação aos serviços de instalação e manutenções dos equipamentos.

1.3 SOFTWARE E ANALÍTICOS (ITENS 1 AO 3)

1.3.1 Compreende a licença de uso, o desenvolvimento, a disponibilização da aplicação e o suporte.

1.3.2 Plataforma Smartville (Item 1)

1.3.2.1 A Plataforma Smartville, será interoperável, com a principal função ser um concentrador/integrador dos sistemas, otimizando os serviços, que passarão a ser operados de forma cooperativa e integrada entre os órgãos, resultando no melhor atendimento aos munícipes e aproveitamento dos recursos disponíveis na administração

pública. A Plataforma Smartville também deve receber dados provenientes de sistemas de empresas da iniciativa privada facilitando a cooperação com a sociedade.

1.3.2.2 A Plataforma Smartville deverá ser flexível e adaptativa reduzindo as limitações e prazos de expansão da solução, para que os processos sejam acelerados através da automação possibilitando a administração pública cobrir a defasagem dos atuais sistemas informáticos com esta plataforma, suprimindo as necessidades de inovação e governo digital do município de forma simplificada e reduzindo custos.

1.3.2.3 Todos os custos relacionados à manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos, sistemas ou estruturas fornecidos no escopo deste contrato serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, ou seja, não caberá à contratante arcar com qualquer despesa adicional relativa à manutenção, reposição de peças, mão de obra, deslocamento técnico ou qualquer outro custo inerente à continuidade e ao bom funcionamento do serviço.

1.3.2.4 Os sistemas integrados na Plataforma Smartville, serão divididos em módulos de interface personalizada, que permite a autenticação do usuário de forma unificada, ou seja, possibilita a troca entre os sistemas sem a necessidade de relogar em cada alteração.

1.3.2.5 A Plataforma Smartville contará com os seguintes módulos:

a) Módulo de gestão e operação da plataforma, responsável por dispor de dashboards e relatórios, permitindo gerenciar e operar todas as funcionalidades contratadas.

b) Módulo de gestão e operação de despacho e atendimento de ocorrências, responsável por gerenciar ocorrências e realizar despacho de viaturas para atendimento, sendo utilizado tanto por operadores quanto por agentes de campo.

c) Módulo de busca inteligente por face, responsável por realizar o reconhecimento de objetos ou situações a partir de uma descrição, realizando busca nas imagens.

d) Módulo de reconhecimento facial, responsável por utilizar as imagens das câmeras com analíticos para reconhecer as pessoas vistas nas imagens.

e) Módulo busca inteligente de placas, responsável por realizar o reconhecimento de placas veiculares, identificando veículos irregulares.

f) Módulo de clones de placas, responsável por realizar o reconhecimento de placas veiculares com analíticos para identificar se a placa reconhecida foi clonada.

g) Módulo de busca inteligente, responsável por realizar o reconhecimento de objetos ou situações a partir de uma descrição, realizando busca nas imagens.

h) Módulo aplicativo, composto de aplicativos interligados, sendo: Aplicativo Pedido de Socorro e o Aplicativo Agente, sendo ambos com atuação de forma integrada com a Plataforma Smartville.

h.1) O primeiro aplicativo possui como uma das principais funções o botão de pedido de socorro com envio da posição por GPS para a central, que poderá ser utilizado pelos cidadãos.

h.2) O segundo aplicativo traz funções como: ferramentas de pesquisa, comunicação, despacho e localização aos agentes em campo.

i) Módulo de monitoramento de rios (Item 2), responsável por utilizar de diversos equipamentos para monitorar os rios do município com objetivo de prever desastres naturais.

j) Módulo de analítico de barreiras e alertas (Item 3), responsável por definir uma área e gerar alerta em caso de invasão e ultrapassagem de barreiras.

1.3.3 Demais disposições do Software e Analíticos constam no Anexo I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (27493844)

1.4 INTEROPERABILIDADE (ITENS 04 E 05)

1.4.1 A Plataforma Smartville deve ser pensada de forma escalável, possibilitando futuras incorporações de sistemas de acordo com as atividades e necessidades de cada órgão, sendo necessária a interoperabilidade de sistemas trazendo funcionalidades de sistemas já existentes para a Plataforma Smartville a fim de reduzir o trabalho de desenvolvimento e o número de contratos de mesma natureza utilizados isoladamente.

1.4.2 A Plataforma Smartville deve ser estruturada de forma que permita diversas integrações com sistemas e bases de dados, possibilitando que sua inteligência seja expandida gradualmente trazendo dados, funcionalidades e interoperabilidade entre os sistemas da CONTRATANTE, reduzindo a sobreposição de recursos de mesma natureza e aumentando a cooperação no serviço público, no geral as integrações serão realizadas através de API entretanto devem ser tratadas caso a caso criando planejamento e sendo realizadas conforme regras deste edital, garantido tempo hábil para o alinhamento, planejamento, homologação e entrega da integração, mitigando instabilidades, perda de dados e falhas de segurança.

1.4.3 A Plataforma Smartville deverá atender ao disposto na Lei nº 14.129/2021 dispõe sobre a interoperabilidade dos sistemas de informação, entre todos os órgãos da administração pública, no que couber.

1.4.4 Migração de Dados e Integrações

1.4.4.1 A migração de dados será realizada sem a cobrança de custos adicionais para a CONTRATANTE, exceto caso seja necessário o desenvolvimento de ferramenta de compatibilidade para a importação.

1.4.4.2 A CONTRATADA deverá elaborar, documentar, executar e disponibilizar um Plano de Migração de Dados e Integrações, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: etapas para a migração (metodologia, mapeamento das fontes de dados e seus destinos, a rotina de testes), diagrama da sequência das etapas da migração,

cronograma, análise de riscos e plano de contingência.

1.4.4.3 A CONTRATADA deverá efetuar a carga dos dados dos sistemas legados necessários ao perfeito funcionamento da Plataforma Smartville.

1.4.4.4 A CONTRATADA deverá efetuar a integração com os sistemas legados necessários ao perfeito funcionamento da Plataforma Smartville.

1.4.4.5 A CONTRATADA deverá em conjunto com a CONTRATANTE definir o tratamento que será realizado com os dados, incluindo os que estejam inconsistentes ou incompletos.

1.4.4.6 A CONTRATADA deverá informar por meio de relatórios se foram identificadas inconsistências, em quais os registros que foram constatadas estas inconsistências e qual a forma para tratá-las.

1.4.4.7 As atividades de higienização/saneamento dos dados, ocorridos em virtude de inconsistência ou incompletude dos dados nos sistemas legados, serão de responsabilidade da CONTRATADA com auxílio da CONTRATANTE.

1.4.5 Demais disposições das integrações e interoperabilidade constam no Anexo III - INTEGRAÇÕES E INTEROPERABILIDADE (27152750)

1.5 HARDWARE E ARMAZENAMENTO EM NUVEM (ITENS 06 AO 21)

1.5.1 Compreende todos os equipamentos físicos indispensáveis à operação do sistema, compondo a base estrutural que garante a captura, transmissão, armazenamento e processamento de dados:

1.5.2 Câmeras

1.5.2.1 Serão utilizados vários modelos de câmeras com analíticos embarcados e analíticos processados na Plataforma Smartville.

1.5.2.2 Esta contratação contempla as câmeras de leitura de placa, câmeras de reconhecimento facial, e câmeras PTZ.

1.5.2.3 As imagens geradas pelas câmeras deverão ficar armazenadas no sistema de nuvem pelo período mínimo de 15 (quinze) dias, para posterior consulta.

1.5.2.3.1 A critério de escolha da CONTRATANTE, 20% (vinte por cento) do total de imagens geradas pelas câmeras deverão ser armazenadas pelo período mínimo de 30 dias.

1.5.2.3.2 Todas as imagens geradas pelas câmeras instaladas poderão ser alteradas entre armazenamento de 30 (trinta) dias ou 15 (quinze) dias, desde que se mantenha o percentual descrito do item acima.

1.5.2.4 As câmeras podem alterar a sua licença de uso de acordo com o local e a função que está alocada.

1.5.2.5 A CONTRATADA somente será remunerada pelas câmeras e licenças que estiverem em pleno funcionamento e com as imagens disponibilizadas na Plataforma Smartville.

1.5.3 Postes

1.5.3.1 Diversos postes serão distribuídos pela cidade, onde serão instaladas as câmeras de monitoramento, em locais estratégicos conforme Anexo II - LOCAIS DE INSTALAÇÃO DE CÂMERAS (27157814).

1.5.3.2 A relação constantes no Anexo II - LOCAIS DE INSTALAÇÃO DE CÂMERAS (27157814), são dos locais de instalação pré-definidos, e, poderão sofrer alterações conforme necessidade da CONTRATANTE.

1.5.4 Movimentação de câmeras e postes

1.5.4.1 As câmeras e os postes, poderão ser remanejados para outros pontos, conforme análise e solicitação da CONTRATANTE.

1.5.4.2 Os custos de movimentação de câmeras e postes, são apenas para as câmeras e os postes já instalados.

1.5.4.3 Na movimentação das câmeras, se for o caso, poderão ser utilizadas estruturas legadas, postes das concessionárias, prédios públicos e privados, túneis e demais locais que forneçam condições para a instalação com segurança das câmeras.

1.5.5 Instalação das câmeras e postes

1.5.5.1 A CONTRATADA ficará responsável pelos projetos executivos de instalação e remanejamento das câmeras e postes, caso necessário.

1.5.5.2 O critério de escolha dos locais de instalação das câmeras de reconhecimento facial e PTZ é baseado no histórico de criminalidade nas regiões, locais de grande volume de pessoas, praças públicas, e locais estratégicos para levantamento de dados sobre fluxo de pessoas para análise e treinamento do algoritmo de reconhecimento facial, e análise investigativa.

1.5.5.3 O critério de escolha para dos locais de instalação das câmeras LPR, é baseado na necessidade de identificação de veículos que entram e saem do município e verificação de regularidade ou possíveis pendências dos veículos.

1.5.5.4 O critério de escolha para dos locais de instalação das câmeras de monitoramento dos rios, é baseado nos locais nos quais o monitoramento ajuda a prevenir desastres naturais ou agilizar o atendimento a estas ocorrências.

1.5.5.5 Todas as instalações elétricas devem cumprir as normas técnicas para a realização dos serviços e os projetos elaborados, e, devem considerar todas as necessidades da instalação, tais como: modem, roteador, switch, nobreak, cabo de rede, caixa/armário/rack/shelter, tipo de cabo, eletroduto, poste, LED no poste na cor à ser definida pela CONTRATANTE, revestimento do poste com logo da Prefeitura de Joinville, isolante, braço para fixação das câmeras, entre outras que possuam se mostrar necessárias durante a execução.

1.5.5.6 Deverá ser realizada uma reunião preliminar à elaboração dos projetos com a CONTRATANTE, para que sejam definidos os parâmetros mínimos de acordo com o tipo de câmera e local de instalação.

1.5.5.6.1 Todos os projetos devem ser previamente aprovados pela CONTRATANTE e conter o detalhamento técnico dos equipamentos utilizados e da execução do serviço com cronograma.

1.5.5.7 Todos os projetos devem prever a instalação de isolante em poste metálico iniciando no nível do solo até minimamente 4 metros de altura dos postes, como forma de mitigar o risco de choque elétrico, o isolante deve cobrir todas as superfícies metálicas incluindo base e parafusos, poderá ser utilizado isolante líquido desde que previamente aplicado ao poste antes de sua instalação garantindo assim a qualidade da aplicação do isolante.

1.5.5.8 A instalação dos postes deve ocorrer conforme a necessidade da CONTRATANTE, independente da disposição do local de postes, placas, muros, entre outros.

1.5.5.9 Fica a cargo da CONTRATADA a energia, internet/conectividade, entre outros insumos necessários ao funcionamento da câmera e operação.

1.5.5.10 Poderão ser utilizados os postes legados, postes das concessionárias, prédios públicos e privados e demais locais que forneçam condições para a instalação com segurança das câmeras.

1.5.5.10.1. A CONTRATADA deve providenciar, sempre que for necessário, a autorização do responsável do local para a instalação.

1.5.5.11 O valor pago pelo consumo de energia das câmeras será de total responsabilidade da CONTRATADA.

1.5.6 Salas de Situação tipo A e B

1.5.6.1 Locais específicos e equipados para realização de operações.

1.5.6.2 A Sala de Situação - Tipo A será composta por 5 (cinco) salas em locais fixos indicados pela CONTRATANTE.

1.5.6.3 A Sala de Situação - Tipo B será instalada dentro de 2 (dois) veículos como ônibus ou carreta.

1.5.6.4 Demais disposições do Hardware constam no Anexo I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (27493844).

1.6 CENTRO DE CONTROLE E OPERAÇÕES (ITEM 22)

1.6.1 O Centro de Controle de Operações é o núcleo estratégico, o ambiente físico e tecnológico, será implantado em local indicado pela CONTRATANTE, onde serão realizadas as operações, com postos de trabalho para operadores de monitoramento e controlador de acesso facial para maior segurança, e estações de trabalho.

1.6.2 Estarão alocados no Centro de Controle de Operações no mínimo 2 (dois) funcionários da CONTRATADA no período diurno e 2 (dois) funcionários da CONTRATADA no período noturno.

1.6.2.1 A escala de intervalo intrajornada deve ser elaborada de forma que o Centro de Controle de Operações sempre tenha pelo menos um operador em serviço, durante as 24 horas do dia, sem vacância.

1.6.3 Demais disposições do Centro de Controle de Operações constam no Anexo I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (27493844).

1.7 TREINAMENTO

1.7.1 A CONTRATADA efetuar o treinamento dos usuários indicados pelas unidades participantes dentro do cronograma apresentado no tópico **5.7 IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO - PLATAFORMA SMARTVILLE** deste termo.

1.7.2 O treinamento não apresentará quaisquer ônus para a CONTRATADA.

1.7.3 O treinamento deverá ser direcionado para o uso da Plataforma Smartville - todos os módulos, incluindo o módulo de aplicativo, apresentando as seguintes soluções:

a) Permissões e comunicação dos agentes de campo: relacionado ao contato com a central de monitoramento, contemplando aspectos técnicos, operacionais, e de interpretação de dados, assim como uso das demais funções disponibilizadas ao nível de permissão de acesso do agente.

b) Central de monitoramento: relacionado à investigação, análise tática, despacho de equipes para atendimento de ocorrências, monitoramento em tempo real, e utilizar as demais funções disponibilizadas ao nível de permissão de acesso do usuário da central.

c) Uso e conhecimento em controle de acesso Gerencial: relacionado ao uso das funções disponibilizadas ao seu nível de permissão de acesso, para criação, edição, restrição, e auditoria de todos os campos e módulos disponíveis.

1.7.4 Demais disposições dos capacitações/treinamento constam no Anexo I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (27493844).

1.8 PROVA DE CONCEITO - POC E TESTES EM ESCALA REAL

1.8.1 PROVA DE CONCEITO

1.8.1.1 A Prova de Conceito consiste na demonstração, avaliação quanto a aderência das funcionalidades e observação do funcionamento prático da Solução ofertada pela PROPONENTE classificada em primeiro lugar e habilitada, sem ônus à CONTRATANTE;

1.8.1.1.1 A Prova de Conceito - POC deverá ser executada na Sede ou em local definido pela CONTRATANTE, nos equipamentos da PROPONENTE com todos os seus acessórios, conexão com a internet da PROPONENTE, em sessão pública, a ser agendada em no mínimo 05 (cinco) dias úteis após a Convocação, sendo conduzida por uma Comissão Técnica nomeada mediante portaria.

1.8.1.1.2 Quaisquer eventuais requisitos necessários ao bom andamento dos testes e ressalvadas as condições expostas neste Termo, devem ser comunicadas com o mínimo de dois (2) dias de antecedência à sessão pública.

1.8.1.1.3 Na data marcada, o PROPONENTE iniciará a apresentação, que não poderá exceder 3 (três) dias úteis, com no máximo 8 (oito) horas diárias de atividades.

1.8.1.1.3.1 Não será concedido prazo adicional para apresentação da Solução.

1.8.1.1.4 A Solução apresentada pela PROPONENTE deverá atender a, no mínimo, **68 dos requisitos** relacionadas no **Anexo VII - PROVA DE CONCEITO (27185346)**, que serão previamente selecionados pela Comissão Técnica de realização da Prova de Conceito.

1.8.1.1.5 Os requisitos a serem testados serão informados à PROPONENTE na abertura da sessão pública da prova de conceito.

1.8.1.1.6 Durante a validação da Prova de Conceito - POC, para o atendimento dos requisitos, será considerado o cumprimento da legislação Federal e Estadual.

1.8.1.1.7 Havendo ocorrência de erro na Solução, a PROPONENTE deverá proceder com a correção de funcionalidades que, porventura, apresentem erros durante sua demonstração. Se ao final do prazo estabelecido no item 1.8.1.1.3 a PROPONENTE não tiver realizado a correção e demonstração dos requisitos no qual ocorreu erro, em tempo hábil, acarretará na desclassificação da PROPONENTE.

1.8.1.1.7.1 O não atendimento de requisito não configura erro.

1.8.1.1.8 Caso observado que a Solução ofertada, não atenda aos requisitos mínimos exigidos, a Proposta, esta será reprovada.

1.8.1.1.9 A PROPONENTE, não comparecendo em dia e hora previamente agendados para a realização da Prova de Conceito - POC ou da continuação da mesma, dentro do prazo estabelecido na Convocação, será automaticamente reprovada.

1.8.1.1.10 A PROPONENTE que for reprovada na Prova de Conceito - POC será desclassificada e não terá direito a qualquer indenização.

1.8.1.1.11 Ao final da Prova de Conceito - POC, a Comissão Técnica registrará em Ata o resultado e encaminhará ao Pregoeiro.

1.8.1.1.12 A PROPONENTE deverá disponibilizar técnico (ou técnicos) qualificados a operar o Sistema, bem como, executar as operações demandadas pela Comissão Técnica (relativas às funcionalidades do sistema).

1.8.1.1.13 Para a realização da Prova de Conceito, o PROPONENTE deverá fornecer a infraestrutura de hardware e software necessários à apresentação, massa de dados e bases de dados necessárias às comprovações dos atendimentos aos requisitos essenciais.

1.8.1.1.14 Independente do atendimento aos itens selecionados na Prova de Conceito, todos módulos/funcionalidades previstos neste Termo de Referência e seus anexos deverão ser entregues pela CONTRATADA nos prazos previstos, sob pena de incidir nas penalidades contratuais e previstas em Lei.

1.8.2 TESTES EM ESCALA REAL

1.8.2.1 O teste em escala real consistirá na validação das informações de solução de tecnológica (Software e Analíticos) da Proposta da PROPONENTE classificada em primeiro lugar e habilitada na Prova de Conceito, sem ônus à CONTRATANTE em uso prático e simulado, e servirá para a comprovação do atendimento aos requisitos expressos no procedimento de Teste em Escala Real, sob pena de desclassificação da proposta, e será realizado de consoante os procedimentos descritos abaixo:

1.8.2.1.1 Os Testes em Escala Real deverão ser executada em locais e horários a serem definidos pela CONTRATANTE, nos equipamentos da PROPONENTE com todos os seus acessórios, conexão com a internet da PROPONENTE, em sessão pública, a ser agendada em no mínimo 05 (cinco) dias úteis após a Convocação, sendo conduzida por uma Comissão Técnica nomeada mediante portaria.

1.8.2.1.2 A PROPONENTE convocada, com acompanhamento do órgão, deverá implantar toda infraestrutura necessária, quer seja de hardware, software e comunicação, de forma a simular o funcionamento dos itens abaixo elencados em regime operacional;

1.8.2.1.3 A CONTRATANTE irá disponibilizar sala específica com ponto de energia elétrica e mobiliário visando a avaliação da solução ofertada pela PROPONENTE, em central de processamento.

1.8.2.1.3.1 A responsabilidade da instalação dos pontos de internet e dos seus custos, tanto nos equipamentos em campo, quanto na central de processamento será de responsabilidade da PROPONENTE. A ligação da energia elétrica utilizada no equipamento em teste, bem como seus custos serão de responsabilidade da PROPONENTE.

1.8.2.1.4 Nos testes em escala real realizados serão avaliados pela CONTRATANTE, a integração de funcionalidades, os arquivos gerados, os relatórios emitidos e as imagens produzidas, recebidas e/ou transmitidas durante os testes realizados, tudo de forma a comprovar sua conformidade com o exigido no presente Procedimento de Teste em Escala Real;

1.8.2.1.5 Para a avaliação em campo, os aplicativos/sistemas instalados deverão ser idênticos aos ofertados na proposta da PROPONENTE.

1.8.2.1.6 Para os testes em escala real, a PROPONENTE convocada deverá às suas expensas, instalar os equipamentos abaixo relacionados nos locais a serem indicados pela CONTRATANTE:

1.8.2.1.6.1 - 03 câmeras de reconhecimento facial.

1.8.2.1.6.2 - 03 câmeras analíticas de leitura de placa (OCR)

1.8.2.1.6.3 - Serão cadastrados rostos e placas para o teste, indicados pela CONTRATANTE.

1.8.2.2 - O teste avaliará os equipamentos em campo nos períodos diurno e noturno;

1.8.2.2.1 A constatação pela Comissão Técnica do não atendimento das especificações e exigências expressas no Procedimento de Teste em Escala Real, acarretará na reprovação do equipamento e/ou do sistema proposto, fato este que implicará na desclassificação da PROPONENTE convocada;

1.8.2.2.2 Para realização do teste em escala real a PROPONENTE convocada deverá disponibilizar equipe técnica, constituída de no máximo 03 (três) pessoas, que deverão ser credenciadas junto à comissão de licitação, para poderem participar da realização do teste em escala real a ser aplicado;

1.8.2.2.3 O teste em escala real, a ser conduzido pela CONTRATANTE terá duração máxima de 3 (três) dias úteis, no qual os equipamentos deverão estar em funcionamento, sendo que durante este período o equipamento deverá funcionar ininterruptamente durante o período mínimo de 24 horas, observando-se que:

1.8.2.2.3.1 Após instalados os equipamentos permanecerão lacrados, sendo que apenas a CONTRATANTE poderá romper os lacres;

1.8.2.2.3.2 A PROPONENTE convocada poderá realizar as manutenções que julgar necessárias, limitando-se a problemas técnicos, sendo permitida a realização de ajustes durante a realização dos testes, mediante solicitação prévia a CONTRATANTE, deste que atendendo o disposto no item 1.8.2.2.3.

1.8.2.2.3.3 No caso de aprovação de solicitação de manutenção a CONTRATANTE romperá o lacre do equipamento em questão e acompanhará os serviços executados pela PROPONENTE convocada, procedendo a implantação de novo lacre de selagem ao término da manutenção. Neste caso a PROPONENTE convocada deverá fornecer relatório detalhado dos reparos realizados;

1.8.2.2.3.4 Não será permitido à PROPONENTE convocada realizar manutenção dos equipamentos durante o período de funcionamento ininterrupto de 24 horas mencionado no item 1.8.2.2.3.

1.8.2.2.4 O resultado dos testes conduzidos pela CONTRATANTE para comprovação de atendimento as especificações expressas no Procedimento de Teste em Escala Real serão medidos em campo e no centro de processamento de dados e imagens, comparando-se as informações detectadas e transmitidas pelo sistema e as informações reais resultantes;

1.8.2.2.5 Por se tratar de uma simulação, os registros das imagens capturadas no teste em escalas real não serão utilizados para efeito de qualquer atuação da CONTRATANTE;

1.8.3. Demais disposições da relacionados a POC - Prova de Conceito e aos Testes em Escala Real , constam no Anexo VII - PROVA DE CONCEITO E TESTES EM ESCALA REAL (27185346)

1.9 LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

1.9.1 A solução deve estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, Lei no 13.709/2018.

1.9.2 A CONTRATADA deve estar ciente de que a execução contratual envolve o tratamento de dados pessoais, inclusive dados sensíveis, nos termos da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), em especial dos inciso II, artigo 7 e artigo 23, sendo tais dados coletados por meio de imagens, sons, sistemas de monitoramento nativo e de terceiros, reconhecimento facial, reconhecimento de placas, entre outros meios.

1.9.3 A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, realizar auditorias para verificação do cumprimento da legislação de proteção de dados, devendo a CONTRATADA garantir acesso aos sistemas, registros e demais evidências técnicas relacionadas à prestação do serviço.

1.9.4 A CONTRATADA se compromete em assinar o Termo de Sigilo e Confidencialidade, constante no **Anexo VI - TERMO DE COMPROMISSO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE (27155688)**.

1.9.5 Demais disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD constam no Anexo IV - PROTEÇÃO DE DADOS E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (27154439)

1.9.6 O Relatório de Impacto à Proteção de Dados - RIPD consta Anexo V - RELATÓRIO DE IMPACTO DE PROTEÇÃO DE DADOS (27227235)

1.10 EQUIPE TÉCNICA:

1.10.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar a mão-de-obra necessária à execução das atividades deste Termo de Referência, promovendo sua substituição quando necessário, incluindo pelo menos um responsável técnico residente no município que irá realizar o acompanhamento da implementação e execução da contratação.

1.10.2 A CONTRATADA deverá disponibilizar no mínimo 04 operadores de monitoramento que estarão locados no Centro de Controle e Operações em horários pré-fixados.

1.10.2.1 O Centro de Controle de Operações sempre deve ter pelo menos um operador em serviço, durante as 24 horas do dia, sem vacância.

1.10.3 A CONTRATADA deverá dispor de quadro de pessoal suficiente para a execução dos serviços, sem

interrupção, independentemente do motivo de ausência do funcionário: férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço, demissão, entre outros.

1.10.4 A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 2 (duas) horas, em caso de eventual ausência de seus empregados;

1.10.5 A CONTRATADA deverá substituir, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, após recebimento da notificação do CONTRATANTE, qualquer profissional cuja atuação, permanência ou comportamento, sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do CONTRATANTE ou ao interesse do serviço público;

1.10.6 A CONTRATADA deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimentos necessários para executar os serviços, em conformidade com este Termo de Referência, seus anexos, as normas e determinações em vigor;

1.10.7 A CONTRATADA, deve garantir que os operadores que estarão alocados no Centro de Controle e Operações, minimamente:

- a) Sejam assíduos e pontuais;
- b) Comuniquem eventuais faltas ou atrasos ao seu superior, para que seja providenciada sua substituição em tempo hábil;
- c) Usem, obrigatoriamente, o uniforme e os equipamentos necessários;
- d) Demonstrem honestidade, atenção e espírito de equipe;
- e) Mantenham autocontrole;
- f) Administrem seu próprio tempo;
- g) Demonstrem senso de responsabilidade;
- h) Informem ao seu superior, qualquer irregularidade observada no local de trabalho;
- i) Tratem as pessoas com respeito e urbanidade;
- j) Cumpram as determinações e normas estabelecidas pela CONTRATANTE;
- k) Zelem pela conservação e limpeza dos equipamentos;
- l) Zelem pela ordem do local onde estiver trabalhando;
- m) Trabalhem seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao Meio Ambiente;
- n) Guardem sigilo de toda e qualquer informação que tenha conhecimento em decorrência do trabalho;
- o) Demais deveres e disciplinas inerentes a sua respectiva função;

1.11 DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

1.11.1 A presente contratação será um serviço contínuo, cujo prazo será de 60 (sessenta) meses de **execução** a contar da última assinatura da Ordem de Serviço Eletrônica, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

1.11.2 O prazo de vigência contratual será de 66 (sessenta e seis) meses, a contar da assinatura do contrato, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que compõem o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

2.2 A contratação encontra amparo na Lei nº 9.924, de 10 de setembro de 2025, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2026-2029 do Município de Joinville - Processo 25.0.040527-8.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 Conforme Estudo Técnico Preliminar - ETP, constante neste Processo SEI, a melhor solução encontrada de momento para atendimento ao interesse público envolvido é a contratação de empresa especializada no serviço de videomonitoramento através câmeras com analíticos para visualização via plataforma web com reconhecimento facial, contendo sistemas gerenciais de operação, que possibilite a integração com outros sistemas, com fornecimento de estrutura, equipamentos e mão-de-obra necessária, para **implantação do Joinville Sempre Alerta**.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade:

4.1.1 Quando cabível, a contratada deverá realizar o descarte dos resíduos decorrentes da execução da contratação, bem como a e/ou a logística reversa dos produtos.

4.2 Subcontratação

4.2.1 É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.2.2 É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste na solução tecnológica (software e analíticos) para implantação do Joinville Sempre Alerta.

4.2.2.1 A subcontratação fica limitada a fornecimento da estrutura (postes e suportes), e, fornecimento e instalação dos equipamentos (hardware), que forem necessários, e outros serviços complementares que não dizem respeito à parcela principal do objeto da contratação, conforme quantidades e exigências estabelecidas no edital.

4.2.3 A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.2.4 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.2.5 Para a subcontratação, além dos demais requisitos técnicos necessários, a contratada deverá apresentar a comprovação de que a subcontratada já tenha executado serviços com características compatíveis com a parcela a ser subcontratada, em percentual mínimo de **50%**.

4.3 Garantia da contratação

4.3.1 O proponente deverá apresentar garantia de execução contratual (nos moldes do art. 96 e ss. da Lei nº 14.133/2021), no importe de **5% (cinco por cento) do valor inicial do Contrato**, conforme previsto no art. 98 da Lei nº 14.133/2021, com validade durante a execução do Contrato e por **90 (noventa) dias** após o término da vigência contratual;

a) No prazo máximo de **1 mês** após a homologação e anterior a assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, conforme art. 96, §3º da Lei nº 14.133/2021, caso opte pela modalidade seguro-garantia;

b) No prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contados da assinatura do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou fiança bancária;

c) Caso a modalidade de garantia escolhida for o depósito em dinheiro, este deverá ser efetuado em conta específica do CONTRATANTE, a ser indicado pelo gestor do contrato.

4.3.2 A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, conforme art. 96, § 1º da Lei nº 14.133, podendo optar por caução em dinheiro, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização.

4.3.3 Na ocorrência de aditivos, com acréscimos de valores, a CONTRATADA deverá apresentar garantia complementar, equivalente a 5% (cinco por cento), na mesma modalidade optada no contrato.

4.3.4 A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de prestação de garantia;

a) A inobservância do prazo fixado (acima) para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do Contrato por dia de atraso, até o máximo de **2% (dois por cento)**;

b) O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autoriza a CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe **art. 137 da Lei nº 14.133/2021**;

4.3.5 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de **90 (noventa) dias** após o término da vigência contratual.

4.3.6 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;

4.3.7 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;

4.3.8 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

4.3.9 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do **art. 827 do Código Civil**;

4.3.10 No caso de alteração do valor do Contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.3.11 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, contados da data em que for notificada;

4.3.12 A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria;

4.3.13 Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

b) no prazo de 90 (noventa) dias corridos após o término da vigência, caso a CONTRATANTE não comunique a ocorrência de sinistro.

4.4 Vistoria

4.4.1 Para o devido conhecimento e uniformização de entendimento do objeto descrito neste Termo de Referência, os interessados poderão agendar visita técnica, de acordo com os prazos previstos no Edital.

4.4.2 Para o devido conhecimento dos endereços e equipamentos atuais da CONTRATANTE, os interessados poderão agendar visita técnica através do e-mail seprot.nisp@joinville.sc.gov.br.

4.4.3 A visita será realizada individualmente com cada interessado sempre em horários distintos.

4.4.5 A visita técnica consistirá no acompanhamento do interessado pelo representante do Município, nos locais onde estão instalados os equipamentos contemplados neste Termo de Referência.

4.4.6 Durante a visita não será fornecido pelo representante do Município nenhuma informação técnica, visto que as informações necessárias para formulação da proposta estão contidas neste Termo de Referência, nesse sentido, o intuito da Visita Técnica é proporcionar aos interessados conhecimento dos locais e equipamentos.

4.4.7 Ao término da Visita Técnica será emitido o "Termo de Visita Técnica" emitido pela Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública, em 2 (duas) vias assinadas pelas partes interessadas, o qual deverá constar dos documentos de habilitação.

4.4.8 Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.4.9 A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Condições de Execução

5.1.1 O início da execução do objeto: após a assinatura do contrato, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, será marcada pela CONTRATANTE a reunião inicial, na qual será emitida a Ordem de Serviço Eletrônica (OSE) que autoriza o início da execução do Contrato.

5.1.1.1 Na reunião de abertura é imprescindível a presença de todos os membros da equipe principal, bem como o responsável legal pela empresa que deverá estar disponível para assinatura eletrônica, via Sistema Eletrônico de Informações (SEI), da Ordem de Serviço Eletrônica, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização (CAF). Nessa reunião serão esclarecidas possíveis dúvidas e eventuais complementações de assuntos de interesse, discutidos e acordados os detalhes sobre a condução dos trabalhos;

5.1.2 A Consolidação do cronograma de execução, no qual a entrega dos serviços será pré-definida mediante comum acordo, entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, sendo os prazos máximos definidos no **Anexo III - INTEGRAÇÕES E INTEROPERABILIDADE (27152750)**

5.2 Local e horário da prestação dos serviços

5.2.1 A CONTRATADA, deve possuir ou instalar escritório físico dentro Município de Joinville/SC ou região.

5.2.1.1 Estabelece-se o prazo de 02 (dois) meses da Ordem de Serviço Eletrônica (OSE) para a instalação do escritório.

5.2.2 Os locais de instalação das câmeras estão previamente definidos e indicados no **Anexo II - LOCAIS DE INSTALAÇÃO DE CÂMERAS (27157814)**

5.2.2.1 Os locais de instalação das câmeras podem ser alterados, conforme interesse da CONTRATANTE, visando a segurança pública para cada região.

5.2.2.2 Se a alteração ocorrer antes da instalação não haverá custos adicionais para a CONTRATANTE.

5.2.3 Os locais das Salas de Situação tipo A e do Centro de Controle de Operações serão definidos em reunião inicial.

5.2.4 A prestação de serviços ocorrerá todos os dias, durante 24 horas, ininterruptamente.

5.3 Rotinas a serem cumpridas

5.3.1 A execução do serviço observará as rotinas determinadas pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, conforme Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, Capítulo VI, Seção IV, V e VI, ou norma que a suceder.

5.4 Materiais a serem disponibilizados

5.4.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades necessárias para garantir a plena execução do serviço.

5.5 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5.1 As propostas devem estar em conformidade com as exigências deste Termo de Referência e seus anexos;

5.6 Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do

Consumidor).

5.6.2 A garantia será prestada com vistas a manter o serviço realizado em perfeitas condições, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

5.6.2.1 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva do serviço pela própria CONTRATADA de acordo com as normas técnicas específicas.

5.6.2.2 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo, se houver necessidade, refazer o serviço.

5.6.3 Uma vez notificado, a CONTRATADA realizará a reparação dos serviços ou que apresentarem vício ou defeito no prazo assinalado pela CONTRATANTE.

5.6.3.1 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da CONTRATADA, aceita pelo CONTRATANTE.

5.6.3.2 Decorrido o prazo para reparos sem o atendimento da solicitação do CONTRATANTE ou a apresentação de justificativas pela CONTRATADA, fica a CONTRATANTE autorizada a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes, bem como descontar da garantia da contratação o reembolso pelos custos respectivos.

5.6.4 Todos os custos necessários para a reparação são cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.6.5 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.7 IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO - PLATAFORMA SMARTVILLE

5.7.1 A implantação da Solução ocorrerá conforme demonstrado no cronograma abaixo:

Etapa macro	Etapa	0	15	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12 a Mês 60
Reuniões, cronograma e reunião	Reunião Inicial	x													
	Reunião definição dos pontos de Instalação	x	x												
	Planejamento, Cronograma e projeto da Fase 1	x	x												
	Projetos executivos de instalação das câmeras e postes.	x	x	x											
	Migração de dados Integração de dados	x	x	x	x										
	Artefatos de compliance e transparência dos dados	x	x	x											
	Planejamento, Cronograma e projeto da Fase 2				x										
	Planejamento, Cronograma e projeto da Fase 3					x									
Software e	Licença de uso da plataforma Módulo de gestão e operação da plataforma Módulo de gestão e operação de despacho e atendimento de ocorrências Módulo de busca inteligente por face Módulo de reconhecimento			x											

5.7.3.1.2 A Solução deverá estar apta a entrar em produção após esta fase.

5.7.3.1.3 **Duração:** máximo de 1 mês a partir do envio da Ordem de Serviço à CONTRATADA, devendo ser disponibilizado:

- a) Liberação de acesso a plataforma SMARTVILLE;
- b) Acesso aos analíticos de Reconhecimento Facial e Leitura de Placas;
- c) Acesso ao Módulo Aplicativo;
- d) Início do desenvolvimento dos documentos de transparência, *compliance*, regulamentação.
- e) Início de treinamento de uso de plataforma para agentes de campo, Treinamento de uso de plataforma para central de monitoramento e Treinamento de uso e conhecimento em controle de Acesso Gerencial.

5.7.3.1.4 **Testes Piloto:** antes da homologação, a Solução implantada nesta fase deverá ser testada em um conjunto de usuários e em campo pela CONTRATANTE.

5.7.3.1.4.1 A realização do teste piloto deverá ocorrer dentro do período de duração definido para a Fase 1, e não poderá ultrapassar o período máximo previsto no item **5.7.3.1.3**, incluídas as adequações resultantes de inconsistências detectadas durante o mesmo.

5.7.3.1.5 **Homologação:** ocorrerá após aprovação nos testes piloto e validação pela CONTRATANTE de que as funcionalidades básicas estão operacionais e os dados migrados e integrados corretamente.

5.7.3.2 Fase 2 - Implantação da Plataforma Smartville

5.7.3.2.1 **Escopo:** desenvolvimento, implantação e integração de todas as funcionalidades necessárias para o atendimento integral de 100% dos requisitos definidos no Termo de Referência e ANEXOS 27493844, 27152750, 27154439

5.7.3.2.2 **Duração:** máximo de 3 (três) meses a partir do envio da Ordem de Serviço à CONTRATADA e 2 (dois) meses a partir da homologação da Fase 1, devendo ser disponibilizado:

5.7.3.2.2.1 **Em 2 (dois) meses:**

- a) Acesso ao módulo de barreira e alerta e de busca inteligente;
- b) Liberação de módulo de software algoritmo de monitoramento de rios;
- c) Finalização de treinamento de uso de plataforma para agentes de campo, Treinamento de uso de plataforma para central de monitoramento e Treinamento de uso e conhecimento em controle de Acesso Gerencial;
- d) Término da integração e migração.

5.7.3.2.3 **Testes Piloto:** as funcionalidades desenvolvidas/customizadas e o sistema deverão ser testadas em um conjunto de usuários e em campo pela CONTRATANTE.

5.7.3.2.3.1 A realização do teste piloto deverá ocorrer dentro do período de duração definido para a Fase 2, e não poderá ultrapassar o período máximo previsto no **item 5.7.3.2.2**, incluídas as adequações resultantes de inconsistências detectadas durante o mesmo.

5.7.3.2.4 **Homologação:** ocorrerá após aprovação nos testes piloto e validação pela CONTRATANTE. Para homologação, todos os requisitos do Anexo A deverão ser atendidos.

5.7.3.3 Fase 3 - Estabilização e Operação Assistida

5.7.3.3.1 **Escopo:** período de acompanhamento intensivo, operação assistida, ajustes finos e garantia da estabilidade da Solução em pleno uso. Comprovação satisfatória do atendimento a todos os requisitos do Termo de Referência e ANEXOS 27493844, 27152750, 27154439.

5.7.3.3.2 **Duração:** máximo 6 (seis) meses a partir da homologação da Fase 2.

5.7.3.3.3 **Homologação:** ocorrerá após a implantação da solução, período de operação estável e validação pela CONTRATANTE do cumprimento integral dos requisitos e da satisfatória operação geral da Solução.

5.8 Da gestão da implantação

5.8.1 Durante toda a implantação deverá ocorrer, pelo menos, uma reunião semanal entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE para verificar o andamento das atividades.

5.8.2 A CONTRATADA deverá notificar, formalmente e em cada fase de implantação, a CONTRATANTE que a solução está instalada e atendendo aos critérios estabelecidos neste termo de referência e seus anexos.

5.8.3 Plano de projeto de implementação

a) A CONTRATADA deverá prever todas as fases, etapas, pontos de controle e, pré-requisitos necessários à execução de cada fase;

b) A CONTRATADA deverá elaborar, documentar, executar e disponibilizar um Plano de Projeto de implementação da Solução (respeitando os prazos e critérios definidos neste Termo de Referência e seus anexos), composto pelos seguintes itens:

- b.1)** Planejamento e cronograma;

b.2) Preparação do ambiente;

b.3) Migração e integração dos dados;

b.3.1) A CONTRATADA deverá elaborar, documentar, executar e disponibilizar um Plano de Migração, no qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: etapas para a migração (metodologia, mapeamento das fontes de dados e seus destinos, a rotina de testes), diagrama da sequência das etapas da migração, cronograma, análise de riscos e plano de contingência;

b.4) Capacitação de usuários;

b.5) Execução;

b.6) Conclusão e aceite.

5.9 Planejamento e Execução de Intervenções na Solução

a) Todas as atividades de implantação inicial, atualizações, migrações, manutenções programadas ou quaisquer outras intervenções técnicas na Solução contratada que tenham o potencial de causar interrupção, degradação de performance ou indisponibilidade, total ou parcial, dos serviços para os usuários, deverão ser rigorosamente planejadas em conjunto com a CONTRATANTE.

b) Tais intervenções deverão, obrigatoriamente, ser executadas em horários de baixo ou nenhum impacto para as atividades operacionais da CONTRATANTE, ou seja, preferencialmente, em janelas de manutenção previamente estabelecidas e acordadas entre as partes.

5.10 PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.10.1 A fim de garantir a sustentação da Solução para a Administração Municipal durante e após a vigência contratual, em função de eventual interrupção do contrato por qualquer motivo ou futura transição contratual decorrente de nova licitação para o mesmo objeto, a CONTRATADA deve:

a) Assegurar ao CONTRATANTE, mediante cláusula contratual, o uso do produto sucessor em caso de descontinuidade do produto contratado;

b) Assegurar ao CONTRATANTE, mediante cláusula contratual, transferência de todas as obrigações contratuais ao sucessor em caso de venda da empresa CONTRATADA ou incorporação por novos controladores;

c) Repassar todo o conhecimento técnico e capacitação necessários para a operação, instalação, manutenção da solução, suporte e alteração da Solução por parametrização. Estão implícitos em repasse de conhecimento técnico, fornecer quando solicitado, em caráter definitivo, toda a documentação dos sistemas, tais como documentação de operação, instalação, manutenção, relativa às integrações, tabelas de dados e MER - Modelo Entidade Relacionamento, bem como todo o material produzido para transferência de conhecimento.

d) Garantir o acesso à última versão do produto e da respectiva documentação, mesmo após a vigência do contrato, para possibilitar que as informações lançadas possam continuar a ser consultadas, independentemente se as entidades estejam ativas ou inativas na Solução, em virtude de mudanças, na estrutura do CONTRATANTE.

5.10.2 A CONTRATANTE se reserva ao direito de efetuar conexão da Solução a produtos de outros fornecedores, seja hardware ou software, e desde que tal iniciativa não implique em incompatibilidade com a Solução. A efetivação de tal medida, não poderá, sob qualquer hipótese, servir de pretexto para a CONTRATADA desobrigar-se da prestação de manutenção e suporte técnico e demais compromissos previstos em contrato.

5.10.3 A contratada deverá garantir que todas as customizações, evoluções e desenvolvimentos realizados no âmbito do projeto da CONTRATADA, sejam inventariados e fornecidos à CONTRATANTE, a cada 12 meses, no mês do vencimento deste prazo, e 180 dias antes do encerramento final do contrato, visando possibilitar à CONTRATANTE o planejamento de SUSTENTABILIDADE do atendimento às suas demandas.

5.10.4 O banco de dados é de propriedade da CONTRATANTE, sendo que, ao final do Contrato, a CONTRATADA não poderá mais ter acesso/fazer uso do referido banco de dados para quaisquer fins;

5.10.5 Resumidamente, a CONTRATADA deverá executar um plano de transição, que incluirá, obrigatoriamente:

a) Exportação Integral dos Dados: fornecer à CONTRATANTE uma cópia completa e íntegra de toda a base de dados (cadastrais e históricos) em formato aberto, legível e documentado (ex: CSV, SQL, XML), que não dependa da plataforma para ser acessado.

b) Apoio à Transição: colaborar com a equipe técnica da CONTRATANTE ou de um futuro fornecedor durante o processo de migração dos dados para uma nova plataforma.

c) Desmobilização Segura: realizar a exclusão segura e certificada de todos os dados da CONTRATANTE de sua infraestrutura após a confirmação do recebimento e validação dos dados pela Administração Pública, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

5.11 IMPLANTAÇÃO DAS CÂMERAS, DO CENTRO DE CONTROLE E OPERAÇÕES, E DAS SALAS DE SITUAÇÃO TIPOS A E B

5.11.1 Fase 1 - Instalação inicial

5.11.1.1 Em 15 dias corridos a partir do envio da Ordem de Serviço à CONTRATADA:

a) Entrega do Planejamento, Cronograma e Projeto da Fase 1, em reunião inicial, prevista no item **5.7.3.1**.

a.1) Esta fase compreende a análise e definição dos pontos de instalação, considerando como critérios para as

câmeras de reconhecimento facial e PTZ: o histórico de criminalidade nas regiões, locais de grande volume de pessoas, praças públicas, e locais estratégicos para levantamento de dados sobre fluxo de pessoas para análise e treinamento do algoritmo de reconhecimento facial, e análise investigativa. Para câmeras LPR, o critério é para identificação de veículos que entram e saem do município e verificação de regularidade ou possíveis pendências dos veículos. Para câmeras de monitoramento dos rios, o critério será de locais nos quais o monitoramento ajuda a prevenir desastres naturais ou agilizar o atendimento a estas ocorrências;

5.11.1.2 Em 1 (um) mês a partir do envio da Ordem de Serviço à CONTRATADA:

- a) 50 câmeras de reconhecimento facial instaladas;
- b) 5 câmeras com LPR instaladas;
- c) 2 câmeras PTZ instaladas;
- d) Início da implantação do Centro de Controle e Operações;

5.11.1.3 Em 2 (dois) meses a partir do envio da Ordem de Serviço à CONTRATADA:

- a) 250 câmeras de reconhecimento facial instaladas;
- b) 10 câmeras com LPR instaladas;
- c) 8 câmeras PTZ instaladas;
- d) 30 câmeras de monitoramento de rios;
- e) Entrega do Planejamento, Cronograma e Projeto da Fase 2.

5.11.1.4 Em 3 (três) meses a partir do envio da Ordem de Serviço à CONTRATADA:

- a) Entrega do Centro de Controle e Operações
- b) Acesso a 5 Controladores de acesso facial;
- c) Início da operação de Posto de Operador de Monitoramento 24hs;
- d) Entrega do Planejamento, Cronograma e Projeto da Fase 3

5.11.2 Fase 2 - Estabilização da Solução

5.11.2.1 Em 6 (seis) meses a partir do envio da Ordem de Serviço à CONTRATADA:

- a) Mínimo de 1.000 câmeras de reconhecimento facial instaladas;
- b) Mínimo de 100 câmeras com LPR instaladas;
- c) Mínimo de 30 câmeras PTZ instaladas;

5.11.2.2 Em 9 (nove) meses a partir do envio da Ordem de Serviço à CONTRATADA:

- a) 600 câmeras de reconhecimento facial instaladas;
- b) Instalação de 50 câmeras com LPR instaladas;
- c) Instalação de 20 Câmeras PTZ instaladas;
- d) Disponibilização de Sala de Situação tipos A e B;

5.11.3 Fase 3 - Integração de câmeras de terceiros

5.11.3.1 Em 12 (doze) meses a partir do envio da Ordem de Serviço à CONTRATADA:

- a) Instalado o mínimo de 3350 câmeras de reconhecimento facial, 200 câmeras LPR, 55 câmeras PTZ, e 30 câmeras para monitoramento de rios;
- b) Início da integração de câmeras de terceiros;
- c) Início da instalação das demais câmeras, conforme necessidade a ser indicada pelo CONTRATANTE.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 Gestão da contratação

6.1.1 A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, conforme Instrução Normativa nº 03/2024 da Secretaria de Administração e Planejamento, Capítulo VI, Seção IV, V e VI, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão;

6.1.1.1 Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela contratada de todas as condições contratuais.

6.1.1.2 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, será nomeada em até 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação do Contrato;

6.1.2 Define-se como forma de comunicação com a contratada a formal, nos termos do Decreto n.º 64.109/2024, que aprovou a Instrução Normativa n.º 03/2024 (0023970042) da Secretaria de Administração e Planejamento;

6.1.3 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano

complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.4 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.5 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.2 Gestor do Contrato

6.2.1 A gestão será realizada pela Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública - SEPROT, e, a fiscalização será realizada isoladamente ou em conjunto as unidades abaixo:

- a) Secretaria de Proteção Civil e Segurança Pública - SEPROT;
- b) Secretaria da Saúde - SES, gestora do Fundo Municipal de Saúde;
- c) Secretaria de Educação - SED;
- d) Departamento de Trânsito de Joinville - DETRANS

6.2.2 A gestão não suprime as funções e competências do ordenador de despesa de cada órgão definido em lei.

6.2.3 Os contatos das unidades fiscalizadoras estão disponíveis no site: <https://www.joinville.sc.gov.br/estrutura-organizacional/>

6.3 Obrigações da Contratada específicas do objeto

6.3.1 Quanto ao Preposto e aos Funcionários

6.3.1.1 Indicar na assinatura do contrato o preposto fornecendo nome, número de aparelho telefônico móvel e e-mail, para todas as tratativas referente a contratação.

6.3.1.2 Fornecer mão-de-obra especializada, mantendo quadro de pessoal técnico qualificado para realização dos serviços, uniformizados e identificados com crachás.

6.3.1.3 Fornecer uniformes e equipamentos a seus empregados condizentes com a atividade a ser desempenhada nas unidades da CONTRATANTE, compreendendo as peças de acordo com a função exercida, as estações climáticas do ano e tamanho do empregado sem qualquer repasse do custo para os empregados;

6.3.1.3.1 Efetuar a substituição dos uniformes no prazo máximo de um ano, ou sempre que não atendam às condições mínimas de apresentação, esteja danificado, tenha sido extraviado, ou, no prazo máximo de 5 (cinco dias) úteis se solicitado pela CONTRATANTE, o que ocorrer primeiro;

6.3.1.4 Cumprir as às normas referentes à saúde, segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, seguindo Legislações vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, e, fornecendo, antes do início da execução dos serviços, os Equipamentos de Proteção Individual - EPI e coletiva EPC;

6.3.1.5 Orientar o preposto e demais funcionários quanto à necessidade de cumprir as normas e legislações, que estiverem em vigor.

6.3.1.6 Orientar e fiscalizar para que seus funcionários observem o uso obrigatório dos uniformes e dos equipamentos;

6.3.1.7 Prestar apoio técnico aos seus funcionários;

6.3.1.8 Guardar e orientar seus funcionários à manter sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.3.1.9 Efetuar o treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre as atividades a serem exercidas;

6.3.2 Quanto aos funcionários que ficarão alocados na CONTRATADA

6.3.2.1 Fornecer e manter atualizada a relação dos empregados, contendo nome completo, número do RG, número do CPF, cargo, função, posto de serviço, horário de trabalho, escada de serviço e telefones dos supervisores, para algum atendimento emergencial.

6.3.2.2 Fornecer sempre que solicitado em até 5 (cinco) dias corridos, o relatório de registro do ponto;

6.3.2.3 Caso ocorra o desligamento deverá ser encaminhada a comunicação de desligamento acompanhada de cópia de toda a documentação pertinente ao empregado dispensado.

6.3.3 Quanto à prevenção ao meio ambiente

6.3.3.1 Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como:

6.3.3.2 Racionalização/economia no consumo de energia (elétrica) e água;

6.3.3.3 Efetuar o treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre as boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

6.3.3.4 Instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndios na unidades;

6.3.4 Quanto à execução

- 6.3.4.1 Será de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas necessárias para a prestação do serviço, incluindo as despesas referente aos materiais de consumo, equipamentos, ferramentas e utensílios;
- 6.3.4.2 Transportar, sempre que necessário, as suas expensas, seus funcionários, peças, ferramentas e equipamentos.
- 6.3.4.3 Comunicar imediatamente ao CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade , ocorrência anormal ou acidente verificada durante ou para o cumprimento do contratado;
- 6.3.4.4 Orientar e garantir a utilização adequada dos materiais, equipamentos ou outros artigos necessários à correta execução dos serviços;
- 6.3.4.5 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente todas as solicitações.
- 6.3.4.6 Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas, patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros;
- 6.3.4.7 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, equipamentos, e tudo o que for necessário à execução dos serviços;
- 6.3.4.8 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência;
- 6.3.4.9 Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, qualquer mudança no método de execução do serviço que fuja das especificações constantes deste Termo de Referência;
- 6.3.4.10 Participar das reuniões de revisão e verificação do andamento dos serviços com a CONTRATANTE, quando solicitado;
- 6.3.4.11 Manter livro próprio para o registro de ocorrências relacionadas à execução dos serviços, fornecendo cópia à CONTRATANTE, quando solicitado;
- 6.3.4.12 Responsabilizar-se diretamente pela análise dos quantitativos e posicionamento dos equipamentos em cada unidade, respeitados o equilíbrio contratual.
- 6.3.4.13 Efetuar análise de viabilidade técnica para implantação dos operadores de monitoramento em caso de mudanças de locais durante a vigência do contrato (mudanças de endereço ou de unidades).
- 6.3.4.13.1 Caso a análise seja favorável, a CONTRATADA deverá a executar a implantação após termo aditivo de acréscimo ou remanejamento, sem ônus adicionais à CONTRATANTE;
- 6.3.4.14 Ocorrendo mudanças de layout, reformas, obras etc, nas unidades atendidas, ficará a CONTRATADA deverá desinstalar e reinstalar os equipamentos necessários à alteração da estrutura da unidade, sem ônus adicionais à CONTRATANTE, após a análise de viabilidade de instalação do novo layout da unidade
- 6.3.4.15 Preservar e guardar o patrimônio da CONTRATANTE, identificando com placas próprias, em lugar visível as unidades atendidas;
- 6.3.4.16 Inspeccionar seus funcionários mediante visitas locais de seu preposto/fiscal, com a frequência necessária para o bom andamento do mesmo, ou sempre que solicitado pela CONTRATADA;
- 6.3.4.17 Utilizar as dependências vinculadas à execução do serviço, exclusivamente para atender ao objeto da presente contratação;
- 6.3.4.18 Garantir a prestação dos serviços mesmo em estado de greve da categoria, através de plano de emergência;
- 6.3.4.19 Manter todas as condições contratuais durante o período de execução.
- 6.3.4.20 Acatar a fiscalização e a orientação da CONTRATANTE.
- 6.3.4.21 Demais obrigações da contratada serão regidas na forma do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil Brasileiro.

6.3.5 Quanto às Normas Legais

- 6.3.5.1 Cumprir a normas de segurança, resoluções, portarias, as disposições legais da União, do Estado de Santa Catarina, do Município de Joinville, dentre outros, que estiverem em vigor;
- 6.3.5.2 Obedecer às determinações deste Termo de Referência. A ausência de previsão de qualquer procedimento técnico não exime a CONTRATADA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para o trabalho, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e adequação dos resultados, bem como todas as normas vigentes.
- 6.3.5.3 Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta prestação de serviços, inclusive perante terceiros.
- 6.3.5.3.1 Os danos possíveis de reparação devem ser corrigidos em até 72 (setenta e duas) horas, observando-se as características originais dos materiais.
- 6.3.5.4 Caso seja constatado qualquer negligência ou irregularidade na execução dos serviços por parte da CONTRATADA, cuja solução demande materiais e/ou mão de obra, estas serão fornecidas pela CONTRATADA sem ônus para a CONTRATANTE;
- 6.3.5.5 Assumir todos os encargos de possível demanda cível ou penal, relacionados à contratação.
- 6.3.5.6 A CONTRATADA fica obrigada ao cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias em relação aos empregados contratados, inclusive no tocante às normas de saúde e segurança do trabalho, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato.

6.3.6 Quanto aos Relatórios

6.3.6.1 Apresentar, no início da execução contratual e sempre que solicitado pela CONTRATANTE, atestado de antecedentes criminais de todos os funcionários envolvidos na prestação de serviços;

a) A exigência de atestados de antecedentes criminais é pertinente na medida em que é imprescindível à segurança das pessoas, bens, informações ou instalações da Administração, em razão ao potencial acesso a dados sensíveis e de segurança pública.

6.3.6.2 A CONTRATADA deverá apresentar, no máximo até o 10º (décimo) dia após o início da prestação dos serviços, sob pena de rescisão unilateral do contrato administrativo:

a) Relação de colaboradores envolvidos diretamente no serviço com as suas respectivas funções, acompanhada das cópias dos contratos de trabalho em CTPS;

b) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) vigentes e específicos para as atividades objeto do contrato;

c) Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os trabalhadores, demonstrando a realização de exame médico admissional, periódico ou demissional, dependendo da situação, conforme exigido pela legislação e previsto no PCMSO, e informando, conforme a função, a aptidão para trabalho em altura e/ou aptidão para trabalho em ambientes confinados, em sendo o caso;

d) Comprovante de realização de treinamento específico para a função, quando exigido pela legislação e previsto no PGR;

e) Todas as Análises Preliminares de Riscos (APR) para todas as atividades objeto do respectivo serviço;

f) Cópias dos recibos de fornecimento dos equipamentos de proteção individual a todos os empregados, quando exigido pela legislação e previsto no PGR e especificados nas APR, com verificação da validade dos certificados de aprovação (CA);

g) Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) sobre o laudo;

h) Constituição do SESMT e relação dos profissionais designados às atividades de Segurança e Medicina do Trabalho, quando exigível, conforme Norma Regulamentadora nº 04, do Ministério do Trabalho e Emprego;

i) Constituição da CIPA e relação dos profissionais designados, quando exigível, conforme Norma Regulamentadora nº 05, do Ministério do Trabalho e Emprego

j) Exame admissional;

k) Convenção Coletiva de Trabalho - CCT e Acordo Coletivo de Trabalho - ACT;

l) Guia de Recolhimento de FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP;

m) Ficha de registro de entrega de uniformes e equipamentos por empregado que conste inclusive a data de validade dos equipamentos entregues, quando for o caso, e as respectivas atualizações sempre que houver, informando qual a norma regulamentadora, além de documento comprobatório, recibo de entrega de uniformes por empregado e atualizações sempre que houver;

6.4 Obrigações da Contratante específicas do objeto

6.4.1 É facultada à CONTRATANTE, a realocação dos postos, equipamentos ou serviços em caráter emergencial com oficialização ao contrato posteriormente;

6.4.2 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Referência, anotando em registro próprio as imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, indicando dia, mês e ano e o nome dos empregados eventualmente envolvidos;

6.4.3 Notificar a CONTRATADA quanto a qualquer irregularidade encontrada;

6.4.4 Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências das unidades, para a realização dos serviços;

6.4.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, quando necessário;

6.4.6 Comunicar formalmente à CONTRATADA qualquer falha e/ou irregularidade na realização dos serviços, determinando o que for necessário à sua regularização;

6.4.7 Aceitar/rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados pela CONTRATADA;

6.4.8 Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA

6.4.9 Realizar reuniões e avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

6.4.10 Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentam condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;

6.4.11 Fiscalizar, efetiva e periodicamente, o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho, documentando os respectivos atos de fiscalização.

6.4.12 Designar pelo menos 1 (um) fiscal do contrato, com formação ou qualificação que englobe, especificamente, conhecimentos acerca da análise e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho.

6.4.13 Documentar, por intermédio do fiscal ou fiscais do contrato, mensalmente e especificamente, todas as ocorrências relacionadas ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho.

6.4.14 Instaurar processo administrativo destinado à aplicação das penalidades previstas contratualmente, acaso constatado o inadimplemento ou atraso de qualquer obrigação trabalhista e previdenciária em relação aos empregados contratados, inclusive no tocante às normas de saúde e segurança do trabalho, devendo ainda proceder, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, à comunicação do fato ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério do Trabalho.

6.5 Das sanções

6.5.1 No caso da contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei 14.133/2021 e no Edital.

6.5.2 Os Níveis Mínimos de Serviço se constituem em critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE com a finalidade de aferir e avaliar a prestação de serviço e estão dispostos na tabela abaixo:

NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO E SANÇÕES				
Item	Indicadores de Níveis de Serviço	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Meta Exigida
1	Disponibilidade da aplicação (descontados os tempos apurados de indisponibilidade resultantes de manutenção programada e problema decorrente da infraestrutura de processamento e comunicação disponibilizada pela CONTRATANTE.)	Percentual de Horas no mês que o sistema ficou disponível	% (Percentual) de disponibilidade	≥ 99,5
2	Solicitação de Prioridade 1 (P1) , independente se incidente, preventiva ou corretiva, atendida em até 30 minutos.	$\frac{\text{[Quantidade de solicitações com } \textbf{Prioridade 1 (P1)} \text{ com atendimento iniciado em até 30 minutos, no mês]}}{\text{[Total de solicitação de } \textbf{Prioridade 1 (P1)} \text{ recebidas no mês e classificada em P1]}} \times 100$	% (Percentual) de atendimento no prazo	≥ 90
3	Solicitação de Prioridade 1 (P1) , incidente, preventiva ou corretiva, resolvida provisoriamente ou definitivamente em até 6 horas.	$\frac{\text{[Quantidade de solicitações com } \textbf{Prioridade 1 (P1)} \text{ resolvida provisoriamente ou definitivamente em até 06 horas, no mês]}}{\text{[Total de solicitação de } \textbf{Prioridade 1 (P1)} \text{ recebidas no mês e classificada em P1]}} \times 100$	% (Percentual) de atendimento no prazo	≥ 90
4	Solicitação de Prioridade 2 (P2) , incidente, preventiva ou corretiva, resolvidas provisoriamente ou definitivamente em até 24 horas.	$\frac{\text{[Quantidade de solicitações de incidente com atendimento resolvido provisoriamente ou definitivamente em até 24 horas, no mês]}}{\text{[Total de solicitação de resolução de incidente recebidas no mês]}} \times 100$	% (Percentual) de atendimento no prazo	≥ 90
5	Solicitação de Prioridade 3 (P3) , incidente, preventiva ou corretiva, resolvidas provisoriamente ou definitivamente em até 48 horas.	$\frac{\text{[Quantidade de solicitações de incidente com atendimento resolvido provisoriamente ou definitivamente em até 48 horas, no mês]}}{\text{[Total de solicitação de resolução de incidente recebidas no mês]}} \times 100$	% (Percentual) de atendimento no prazo	≥ 90
6	Atendimento de solicitações de Manutenção Adaptativa	Total de dias no atraso do atendimento de manutenções adaptativas no mês, considerando a diferença entre o prazo estabelecido pela legislação ou pela proposta e a data de implantação.	Dias de atraso	≤ 5
7	Atendimento de solicitação de Manutenção Evolutiva	Total de dias no atraso do atendimento de manutenções evolutivas no mês, considerando a diferença entre o prazo estabelecido pela proposta e a data de implantação	Dias de atraso	≤5
8	Conformidade da Documentação da Solução	$\frac{\text{[Quantidade de documentos devolvidos para correção no mês]}}{\text{[Total de documentos disponibilizados]}} \times 100$	% (Percentual) de desconformidade	≤15
9	Atendimento de soluções definitivas em incidentes com solução de contorno	Total de dias de atraso no mês, na entrega da solução definitiva, para incidentes com solução de contorno, considerando a diferença entre o prazo estabelecido na proposta e a data de implantação	Dias de atraso	≤ 5
<i>Prioridade 1 (P1) - Até 30 minutos corridos a partir do registro da ocorrência, para início do atendimento técnico in loco ou remoto; e até 6 horas corridas a partir do registro da ocorrência, para Solução definitiva ou provisória do problema detectado.</i> <i>Prioridade 2 (P2) - Até 24 horas corridas (em dias úteis), após a abertura do chamado (das 08h às 18h), para Solução definitiva ou provisória do problema detectado.</i> <i>Prioridade 3 (P3) - Até 48 horas corridas (em dias úteis) após a abertura do chamado (das 08h às 18h), para Solução definitiva ou provisória do problema detectado.</i>				

6.5.3 Durante a vigência do contrato a CONTRATADA e a CONTRATANTE deverão promover reuniões bimestrais para avaliação dos resultados obtidos diante dos Níveis Mínimos de Serviço e Sanções.

6.5.4 Durante a implantação da Solução que compreende a "**Fase 1 - Desenvolvimento, Migração, Integração de dados e Início da Implantação da Solução**" e a **Fase 2 - Implantação da Plataforma Smartville**, as metas definidas na tabela acima não serão sancionadas.

6.5.5 No caso de atrasos, inexecução total ou parcial do contrato, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

6.5.5.1 Advertência, por escrito, quando praticar irregularidade de pequena monta: aquelas que não impliquem em sanções categorizadas como MULTA a critério da CONTRATANTE.

6.5.5.2 No caso de 03 (três) advertências consecutivas será aplicado a CONTRATADA uma multa de 5% (cinco) sobre o valor da parcela fixa mensal do Contrato, referente ao mês correspondente ao da última ocorrência que gerar a advertência.

6.5.5.3 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de não cumprimento da Fase 1 - Preparação e Entrega da Solução ou da Fase 2 - Estabilização da Solução.

6.5.5.4 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial do contrato.

6.5.5.5 No caso de atraso nos prazos previstos para os serviços descritos nos Indicadores de Níveis de Serviço a CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

6.5.5.5.1 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela fixa mensal do contrato em caso de indisponibilidade superior à meta exigida no item 1 dos níveis mínimos de serviço, acrescida de 1% (um por cento) a cada ponto percentual a menor no atendimento do percentual de disponibilidade.

6.5.5.5.2 Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela fixa mensal para cada um dos casos em que não houver atendimento das metas exigidas nos itens 2, 3, 4 e 5 dos níveis mínimos de serviço, acrescida de 0,1% a cada ponto percentual a maior de desconformidade.

6.5.5.5.3 Multa de 5% sobre o valor da parcela fixa mensal em caso de atraso superior à meta exigida no item 6 dos níveis mínimos de serviço, acrescida de 0,2% a cada dia de atraso na entrega.

6.5.5.5.4 Multa de 2% sobre o valor da parcela fixa mensal do contrato em caso de atraso superior à meta exigida no item 7 e 9 dos níveis mínimos de serviço, acrescida de 0,1% a cada dia de atraso na entrega.

6.5.5.5.5 Multa de 2% sobre o valor da parcela fixa mensal em caso de desconformidade superior à meta exigida no item 8 dos níveis mínimos de serviço, acrescida de 0,1% a cada ponto percentual a maior de desconformidade.

6.5.5.6 As sanções acima, não extinguem e não eximem as sanções usuais previstas na legislação vigente.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado mensalmente após o recebimento definitivo do bem;

7.2 Os itens serão recebidos:

a) Provisoriamente, quando a CONTRATADA comunicar à CONTRATANTE que o(s) serviço(s) (conforme cada etapa/fase) se encontram em condições de recebimento provisório pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Contrato, contados a partir da comunicação da CONTRATADA à CONTRATANTE, que deverá respeitar os prazos estimado (conforme cada etapa/fase) para de recebê-los;

b) Definitivamente, nos prazos estimados no presente documento conforme a etapa/fase, ou nos casos, aqui não previstos (p. ex. customizações/evoluções), bem como do cumprimento do Cronograma constante no tópico **5.7 IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO - PLATAFORMA SMARTVILLE**, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se o(s) serviço(s) estiver(em) conforme quantidade solicitada e em conformidade com as especificações do presente Termo de Referência;

c) O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da futura contratação;

d) Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os itens não correspondem ao exigido no presente Termo de Referência, ou estão em quantidade diversa da solicitada, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo estabelecido neste Termo de Referência, a substituição/reposição/correção visando ao atendimento total das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas na contratação, no Edital, na Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

7.2.1 O pagamento somente será realizado pelos serviços que estiverem em funcionamento, incluindo câmeras que somente serão pagas se estiverem em pleno funcionamento e com as imagens disponibilizadas na plataforma.

7.3 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.4 O pagamento será mensalmente, após conferência e recebimento definitivo do atendimento das especificações do Termo de Referência.

7.5 Para fins de pagamento, a contratada deverá:

a) Apresentar a comprovação de regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos **termos do artigo 92, inciso XVI da Lei 14.133/2021**.

b) Emitir documentos fiscais em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 2012, sob pena de não aceitação.

7.6 Padrões mínimos de qualidade/desempenho

7.6.1 Para fins de definição dos padrões mínimos de qualidade e desempenho deverão ser atendidas as especificações técnicas constantes do Termo de Referência, bem como, deverá ser observado o que determina as normas técnicas e boas práticas para a execução do serviço;

7.6.1.1 Com relação ao cumprimento do cronograma e dos prazos previstos e com a qualidade esperada, essa equipe técnica propõe que deverão ser atendidos os critérios mínimos de produtividade dispostos no item 6.2.1 e 7.6.3.

7.6.2 Em caso de suspeita ou dúvida pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização poderá solicitar a realização de ensaios, testes e demais provas para aferição da boa execução do objeto, cujos custos deverão ser arcados exclusivamente pela contratada, nos termos do Art. 140, §4º da Lei 14.133/2021.

7.6.3 Relatório de Progresso

7.6.3.1 Mensalmente, em data definida pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização na reunião inicial, a CONTRATADA deverá apresentar relatório de progresso das atividades contendo:

a) Cronograma físico-financeiro previsto x realizado. Caso o percentual realizado acumulado resulte 40% abaixo do previsto no primeiro mês ou 20% abaixo do previsto acumulado nos demais meses, a CONTRATADA deverá apresentar plano de recuperação para atingimento do prazo previsto, não isentando as penalidades previstas;

b) Programação mensal atualizado dos serviços, indicando providências necessárias;

c) Registro de Qualidade, indicando não conformidades verificadas durante o mês, as providências corretivas e revisões dos procedimentos efetuadas;

d) Quaisquer inconsistências ou dúvidas que possam prejudicar o bom andamento dos serviços;

7.6.4 Desempenho do Cronograma

7.6.4.1 A execução dos serviços deverá respeitar rigorosamente o Cronograma, constante no tópico **5.7 IMPLANTAÇÃO DA SOLUÇÃO - PLATAFORMA SMARTVILLE**, considerando o cumprimento deste como critério de aferição da produtividade mínima esperada.

7.6.4.2 O atraso execução dos serviços (acumulada) prevista no cronograma sujeitará a contratada à glosa parcial das medições, **aplicável a partir do segundo mês de execução dos serviços**, calculados sobre o valor do **percentual a ser executado não entregues** no mês conforme cronograma.

7.6.4.2.1 Na medição do segundo mês, para fins de aferição da produtividade, será considerado o percentual acumulado da execução do início dos serviços até a referida medição.

7.6.4.3 O não cumprimento das produtividades previstas ensejará em glosa inicial de 2,5% do valor financeiro da extensão não executada, ficando limitado ao máximo de 20% do valor financeiro da extensão não executada

7.6.4.3.1 Caso o percentual realizado do cronograma, previsto x realizado, resulte em atraso nos prazos propostos para as conclusões das etapas, além das sanções usuais previstas na legislação e estabelecidas no Contrato como penalidades por descumprimento de obrigações em relação à presente contratação, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções:

Sem atraso	Atraso superior a 5% do cronograma previsto	Atraso superior a 10% do cronograma previsto	Atraso superior a 20% do cronograma previsto	Atraso superior a 40% do cronograma previsto
0%	2,5% de desconto sobre a medição	5% de desconto sobre a medição	10% de desconto sobre a medição	20% de desconto sobre a medição

7.6.4.3.2 As glosas ora indicadas não incidirão na hipótese de solicitação de prorrogação de prazo das etapas pela CONTRATADA e aceitos pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da CONTRATANTE.

7.6.4.4 Em caso de alterações contratuais de prazo, as datas marco (datas de entrega) poderão ser reprogramadas conforme novo cronograma, após a sua análise e aprovação por parte da CONTRATANTE.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL.

8.2 Regime de execução

8.2.1 O regime de execução da contratação será empreitada por preço unitário.

8.3 Exigências de habilitação

8.3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.2 Qualificação Econômico-Financeira

- a.1) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- a.2) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- a.3) Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo e/ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.3.3 Qualificação Técnica

8.3.3.1 A proponente deverá demonstrar a capacidade técnico-profissional e a capacidade técnico-operacional.

8.3.3.1.1 Indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

- a) Apresentar o Registro do profissional indicado no conselho competente;
- b) Apresentar atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço que comprove o funcionamento das câmeras de vídeo monitoramento.
- c) Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- d) Apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho competente, que demonstrem capacidade operacional na execução serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o serviço de videomonitoramento, que corresponde a 50% (cinquenta por cento) do **total mínimo** a ser executado nos primeiros 12 meses de execução, ou seja, 1.817 câmeras de vídeo monitoramento em funcionamento.
- 8.3.3.2 Será permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo exigido.
- 8.3.3.3 Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica na entidade profissional competente.
- 8.3.3.4 O proponente deverá apresentar garantia adicional caso a proposta seja inferior a 85% do valor orçado pela Administração, nos termos do Art. 59, §5º da Lei 14.133/2021.

8.4 - Da participação de consórcio

8.4.1 Será admitida a participação de empresas em consórcio, observados os requisitos legais e regras previstas no Edital.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso na fase preparatória, com vistas a garantir a lisura da pesquisa de mercado e será tornado público apenas quando da fase externa do procedimento.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1 Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária das unidades participantes;
- 10.2 Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Compras" que fará parte do presente processo.
- 10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DA ASSINATURA ELETRÔNICA

- 11.1 Considerando que assinatura dos instrumentos contratuais são realizados eletronicamente, mediante login e senha, deverão o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023.
- 11.1.1 O(s) representante(s) legal(is) do(s) interessado(s) em participar da licitação poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>
- 11.2 Após declarado vencedor o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no edital.
- 11.2.1 É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Evelin Fernanda Vargas, Coordenador(a)**, em 14/11/2025, às 10:32, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Rodolfo Lauro Weinert, Diretor (a) Executivo (a)**, em 14/11/2025, às 10:41, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Isaias Stremel de Almeida, Gerente**, em 14/11/2025, às 10:47, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **27525208** e o código CRC **49A1F421**.

Av. Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguauçu - CEP 89221-005 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br

25.0.251409-0

27525208v2